

RESENHA DO LIVRO: ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

MALLMANN; Loivo José; BALESTRIN, Nádia Luzia; SILVA, Rodolfo dos Santos.
Estado e Políticas sociais no Brasil: avanços e retrocessos. Livro Eletrônico. Curitiba:
Inter Saberes, 2017. 262 p.

Daniele Lopes Oliveira⁴⁹

A obra é fruto das pesquisas e do trabalho docente dos professores Loivo José Mallmann graduado em Filosofia e Teologia pela FAJE; Ciências Sociais (UFRGS); Psicologia (UFPR) e mestre em Teologia Moral pela *Universidad Pontificia Comillas* (Madrid-Espanha). Docente do Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil) em Curitiba no Paraná. Da doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná Nádia Luzia Balestrin, pesquisadora com enfoque em Sociologia Rural em Agricultura familiar camponesa, Agroecologia, Sustentabilidade e Juventude Camponesa. Integrante do Grupo de Estudos Rurais do Paraná (CERU), vinculado ao CNPQ. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura), pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Sociedade, Espaço e Meio Ambiente. Especialista em Coordenação de Dinâmica de Grupos pela Sociedade Brasileira de Dinâmica de Grupos (SBDG), que também atuou como professora no Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil) em Curitiba no Paraná no período de 2002 a 2018, na área de Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia). E do professor Rodolfo dos Santos Silva, economista, mestre em Tecnologia (UTFPR), doutor em Geografia (UFPR), professor do Curso de Serviço Social Uninter. Coordenador da Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Estado e Cidadania e Coordenado do Grupo de Pesquisa: A Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia.

O livro faz uma vasta reflexão sobre o Estado e as Políticas Sociais Brasileiras, conforme se propõe. Com uma linguagem didática de fácil compreensão. E aborda o tema de forma completa, apesar da sua complexidade. Toda a obra foi escrita a partir de uma reflexão de perspectiva histórica, crítica e dialética. Realizando uma análise das relações econômicas, políticas e sociais. Além de realizar uma separação didática explanativa acerca das bases históricas do Estado, seus mecanismos de consolidação até o Estado Moderno. A grande contribuição da obra se dá a partir das análises críticas sobre os avanços e retrocessos do Estado Brasileiro, por meio de políticas fluidas e inconsistentes que a todo o momento sucumbem aos imperativos ideológicos do capital.

A obra é dividida em quatro grandes grupos e dentro de cada capítulo subdividido em tópicos que discutem os temas apresentados nos capítulos. O primeiro

⁴⁹ Doutora em Educação pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. E-mail: danielopes_oliveira@outlook.com

capítulo trata da Formação do Estado, sua origem, evolução, discute as teorias contratualistas, os elementos constitutivos do Estado, a finalidade do Estado e o Poder do Estado. Retomando a partir do legado filosófico e político da Grécia Clássica avança para a organização romana da *civitas*, indo para a Idade Média com a ampliação do poder político e religioso que caminharam juntos até a teorização do Estado Moderno a partir do século XVI, com os contratualistas *Hobbes*, *Locke* e *Rousseau*, pensadores da política liberal e com *Maquiavel*, teórico do poder absoluto. Bem como *Montesquieu*, com a teoria da tripartição dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A constituição do Estado Moderno, na segunda metade do século XX, foi marcada por conflitos. Para finalizarmos a discussão sobre o primeiro capítulo Dallari (2003), sintetiza o pensamento político atual ao afirmar que cabe ao Estado ofertar as condições para que as pessoas que integram uma comunidade possam realizar seus desejos e aspirações, promovendo a ordem, a justiça e o bem-estar.

O segundo capítulo estuda o Estado e o Governo, os sistemas de governo, formas de governo, os regimes políticos e o estudo dos estados liberais, sociais, neoliberais e socialistas. A relação entre os poderes no exercício das funções governamentais deu origem ao parlamentarismo e presidencialismo. E com a relação entre governantes e governados surgiram os regimes políticos democráticos, autoritários e totalitários. Os regimes autoritários e totalitários se proliferaram no século XX. Para Bobbio (1986), há discrepância entre o modelo democrático teórico e os modelos reais, pois a complexidade das relações sociais e o avanço do capitalismo financeiro faz com que as pessoas deixem de serem os atores políticos centrais.

O terceiro capítulo discorre sobre as políticas sociais no Brasil, e a origem e aspectos históricos das políticas sociais, o cenário do populismo varguista, as políticas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e a base das reformas, o Golpe de 1964, a redemocratização do Brasil em 1988, a consolidação das políticas e as políticas sociais do século XXI. O trabalho faz uma nobre discussão a respeito da implantação das políticas sociais no Brasil, apresentando os elementos conceituais sobre a origem e o desenvolvimento das políticas sociais ao longo da história.

E que as referidas políticas têm tido amparo no ordenamento jurídico. O Estado brasileiro tem se colocado muito próximo dos anseios e das necessidades dos grupos dominantes e fundada na desigualdade. Pautada em um governo de democracia frágil, que vem avançando rumo a um liberalismo mesclado com o conservadorismo. A Velha República seguiu no mesmo ritmo com o domínio político das oligarquias. De 1930 a 1943 foram introduzidas as primeiras políticas sociais estatais legitimadas por um Estado intervencionista, populista e nacionalista. De 1946 a 1964, a expansão de direitos marcada por tensões no campo e por lutas de classe, inerente ao capitalismo desenvolvimentista.

As reformas de base propostas por João Goulart intensificaram os movimentos que promoveram o golpe militar de 1964. Com a ditadura militar poucos avanços se deram em relação às políticas sociais, pois o controle social passou a se intensificar. Período que se caracterizou por censura, tortura e autoritarismo. Em 1988, o Brasil

passou por um processo de redemocratização, com a promulgação da Constituição. Para elucidar esse período o artigo 1º da Constituição, “Todo o poder emana do povo” (BRASIL, 1988).

O quarto e último capítulo explana sobre as Políticas Sociais no Brasil rural e urbano, reforma agrária e redemocratização da terra, a política de segurança alimentar e nutricional, o Programa Bolsa Família, assistência social como dever do Estado, política de seguridade social, saúde como política social, educação, emancipação e cidadania e por último a política social de habitação popular e saneamento.

As políticas sociais se situam no contexto das relações sociais dentro do contexto histórico-estrutural. Sendo que são permeadas por lutas de classes e conflitos. As políticas sociais devem ser observadas dentro de uma perspectiva multidisciplinar, que envolve profissionais de todas as áreas para seu planejamento de execução, dada a sua complexidade. Por fim se considera que o assistente social tem um desafio ao assegurar o cumprimento dos direitos do cidadão, assegurados na constituição e expressos por meio de políticas públicas.

Jane Addams (1906), denunciou a ineficácia dos atos assistencialistas, afirmando que, somente o Estado por meio das políticas públicas planejadas e coordenadas, estabelecidas por lei, seria capaz de resolver os problemas sociais. Os profissionais dos serviços sociais devem desta forma, incentivar a participação popular na política, por meio do exercício do voto, mas principalmente nas audiências públicas, na fiscalização do uso de recursos públicos, observando as leis que estão sendo ou não votadas, quais são de interesse dos cidadãos, em detrimento de leis que atendem a grupos específicos. A participação no mundo da política é o que nos faz cidadãos.

O livro faz uma reflexão abrangente sobre o Estado, sua formação, origem e evolução. Desde a antiguidade clássica até os dias atuais. Depois passa a refletir sobre o Estado Brasileiro e seus processos políticos. Toda a obra aborda os temas de forma didática com uma linguagem simples tendo por objetivo se fazer compreensível para o leitor. É uma leitura agradável e de fácil compreensão. Nos capítulos finais, a obra se dedica a uma apreciação diagnóstica dos movimentos políticos no Brasil analisando as mazelas político-histórico e sociais que perfazem cada um destes momentos. Evidenciando que no Brasil não houve movimentos que causaram rupturas, mas, um movimento de pactuações e acomodações.

O último capítulo demonstra como a cidadania no Brasil está longe de ser uma realidade para todos, uma vez que o saneamento que deveria ser uma realidade ainda não se concretizou para muitos brasileiros. Demonstrando como dentro do Brasil existem outros “brasis”, onde nem todos têm os mesmos direitos e gozam das mesmas prerrogativas.

No momento atual, essa obra precisa chegar às mãos de todos os estudantes, pois se trata de um percurso de conhecimento que toca nas questões cruciais do tempo atual.

Nos últimos anos o país vem sofrendo um processo de desmonte. E questões tão importantes quanto redemocratização da terra, política de segurança alimentar e

nutricional, os programas de assistência social, as políticas de seguridade social, as questões de saúde pública, a educação para a emancipação e cidadania, política de habitação popular e saneamento; são assuntos que precisam estar no centro das discussões acadêmicas.

A leitura da obra é indicada a todos que desejam conhecer sobre a temática do Estado e das Políticas sociais no Brasil, mas é indicada sobretudo para os acadêmicos. Pois traz uma noção sobre as origens do Estado e discute as políticas desenvolvidas no Brasil em cada época suas contribuições e os problemas causados por elas. Dentro de uma reflexão crítica e dialética. E traz para os estudantes das ciências sociais um aporte teórico que nos instiga a pensar sobre a nossa atuação frente à política. Que jamais pode ser de inercia, mas sobretudo cobra-nos uma atuação para que se estabeleça a cidadania.